

Blairo Maggi: a possível ponte entre o PR e o Governo

Rodrigo Ferreira de Araujo Souza *

29 de fevereiro de 2012

O PR comunicou seu desligamento do Bloco de Apoio ao Governo Dilma após as graves denúncias de corrupção na sua gestão no Ministério dos Transportes e a perda do controle dos principais cargos no âmbito da pasta, incluindo o de Ministro - Alfredo Nascimento (PR/AM), em agosto de 2011. Contudo, ainda no final do ano passado, o partido iniciou a articulação para voltar à base e controlar novamente o Ministério dos Transportes.

Essa atitude de regresso é sustentada pelo árduo cenário que se vislumbra no futuro de um PR fora do Governo. Tal panorama é constituído pela dificuldade na gestão dos interesses internos, ocasionada pela perda do poder de barganha dos cargos de indicação, e pelos futuros resultados pessimistas nas eleições municipais de 2012, como resultado da falta de visibilidade dos investimentos de um Ministério de peso no Governo Federal.

Sempre favorável a aumentar a sua base de apoio no Congresso, a presidente Dilma Rousseff identificou no quadro da legenda qual seria a ponte de acesso ao retorno do PR ao Governo: o senador Blairo Maggi (PR/MT). Governador de Mato Grosso por dois mandatos e um dos maiores produtores de soja do mundo, o atual senador do PR é proprietário do Grupo André Maggi - um dos 20 maiores exportadores do Brasil, que possui negócios em logística de transportes, agropecuária e produção de energia. Blairo Maggi entrou na vida pública como candidato ao Governo de Mato Grosso (2002) pelo PPS e foi eleito no primeiro turno. Em 2006, se reelegeu governador e deixou o cargo, com 92% de aprovação popular, para concorrer e, posteriormente, assumir a vaga no Senado Federal (2011).

Fonte: Agência Brasil



Blairo Maggi (PR/MT)

Durante o segundo mandato de governador, ele ingressou no PR após se desentender com a cúpula do PPS. Os atritos com o antigo partido surgiram após ele declarar apoio à reeleição de Lula em 2006 contra as orientações da legenda. A migração de Blairo para o PR foi sustentada pela promessa do apoio de Lula à renegociação de dívidas dos produtores rurais com o Banco do Brasil e pela prerrogativa de indicar, ou vetar, nomes para alguns cargos no Governo Federal. Esta negociação originou o espaço político para que Blairo Maggi

subsidiasse a indicação de Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT (2007-2011) - retirado do cargo após as denúncias contra o PR.

Com a saída de Alfredo Nascimento (PR/AM) do cargo de ministro, Dilma Rousseff sondou o senador mato-grossense sobre a possibilidade de assumir a pasta, convite este recusado por ele ao afirmar que seus negócios o impedem de exercer tal atribuição na Esplanada. A preocupação do senador leva em consideração o fato de a Amaggi ter firmado recentemente novos negócios com o Governo Federal por meio do Fundo da Marinha Mercante, negócios estes que, na avaliação do republicano, poderiam colocá-lo sob suspeita caso aceitasse o cargo. Dentro deste cenário sem alternativas aceitáveis, Dilma permanece no apoio a Paulo Sérgio Passos, ex-secretário-executivo de Alfredo, que apesar de filiado ao PR, não possui nenhum respaldo partidário no desenvolvimento de suas funções como Ministro.

Já nas novas rodadas de negociação para o retorno do partido à base de apoio, o PR voltou a apresentar alternativas à chefe do Poder Executivo para o cargo do desprestigiado politicamente, Paulo Sérgio Passos. A lista repassada por meio da ministra Ideli Salvatti, coordenadora política da Presidente, inclui o ex-senador Cesar Borges (BA) e uma trinca de deputados: Lincoln Portela (MG), líder do partido na Câmara; Luciano Castro (RR), vice-líder do Governo; e Milton Monti (SP). Porém, nenhum nome agradou e a preferência ainda recai sobre Paulo Passos, mas Dilma voltou a indicar a possibilidade de Blairo Maggi assumir o cargo.

Como única ponte de acesso viável, até o momento, as lideranças do PR trabalham nos bastidores para que Maggi aceite a oferta, assuma o Ministério dos Transportes, e consiga alavancar a moral perdida da legenda. Até mesmo consultas feitas informalmente pela cúpula do PR junto aos órgãos de controle externo atestam que o senador não possui nenhum impeditivo legal para assumir a pasta.

Blairo Maggi: a ponte possível entre o PR e o Governo

Cabe destacar ainda na composição desse quadro de “pressão” a favor da nomeação de Blairo a demanda latente de Mato Grosso pelos investimentos em infraestrutura e pela reconstituição de sua ligação direta com o Governo Federal. Durante o período que esteve à frente do DNIT, o afilhado político do senador, Luiz Antônio Pagot, levantou aos olhos do Palácio do Planalto as necessidades de investimentos pesados na desconstrução dos entraves logísticos que dificultam o desenvolvimento do papel exportador da agroindústria mato-grossense. Contudo, esse elo direto das necessidades locais com os recursos federais foi perdido com a saída de Pagot e as forças políticas regionais pressionam Blairo Maggi em busca de uma alternativa para tal problema - o parlamentar já admitiu que aceitou a liderança do PR no Senado no intuito de tentar sanar essa lacuna.

O entrelaçar dos interesses políticos (PR, Governo e lideranças locais) está criando um cenário onde Blairo Maggi possui cada vez menos espaço para negar a oferta do posto de Ministro. Porém, mesmo que a pasta volte para as mãos de um político respaldado pelo PR, engana-se aquele que presume que a legenda voltará a ter o mesmo poder decisório dos tempos de Governo Lula. Caso Dilma perpetue o seu olhar criterioso sobre as ações do Governo voltadas para infraestrutura, o PR assumirá um Ministério ocupado por técnicos de confiança do Palácio do Planalto e com pouca margem para recobrar os cargos para o seu loteamento político, além da intensa cobrança por resultados concretos. Ou seja, o partido poderá até voltar ocupar o “trono dos transportes”, mas o seu reinado será duramente cerceado por representantes e por vontades emanadas diretas da Presidência da República.



Rodrigo Ferreira de Araujo Souza é graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), com MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Trabalha na área de Relações Governamentais desde 2007.